

# ALGUNS PROBLEMAS NA INTERPRETAÇÃO DA PROGRESSIVIDADE NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Márcio Renato Guimarães\*

## Introdução

**E**m um trabalho precedente (Guimarães, 1997), propus que a distinção entre eventividade e disposicionalidade desempenha um papel o importante na distinção do significado das formas progressivas e não-progressivas. No presente trabalho eu gostaria de rever essa análise com base em um mais aprofundado estudo da bibliografia.

O texto motivador dessa (re)análise foi o de Ilari e Mantoanelli (1983), de que não tinha conhecimento na ocasião do meu texto anterior. Nesse texto, os autores identificam algumas das principais questões referentes à significação das formas progressivas em português, sobretudo no que diz respeito à sua interação com outras formas. Na primeira parte, repassarei as observações daquele texto, estabelecendo os contextos sintáticos que determinam a impossibilidade da ocorrência da perífrase estar + GERÚNDIO, e as razões semânticas dessa impossibilidade. Na segunda parte, farei a revisão de algumas propostas

\* Universidade Federal do Paraná.

para interpretação do componente “metafísico” da progressividade, nomeadamente as de Goldsmith e Wojsetschlagen (1982) e Godoy (1993), dando alguns motivos para que se prefira a distinção entre propriedades estruturais e fenomenais, dos primeiros autores, à distinção entre evidência x conhecimento de Godoy. Na terceira parte, argumentarei em torno da conveniência de uma proposta de interpretação para a progressividade baseada na eventividade, na medida que isso encampa o que as outras análises propõem.

## 1.

As gramáticas do português, tradicionalmente, não comportam a descrição das formas progressivas. Limitam-se a descrever o gerúndio, não distinguindo entre seu uso “absoluto” e seu uso com verbos auxiliares (estar, ir, vir, andar) em expressões verbais complexas. O primeiro trabalho que parece ter se voltado especificamente para as construções com estar + GERÚNDIO, encarando-as como construções progressivas, foi o de Ilari e Mantoanelli (1983). Já Godoy (1993) ressalta, para as mesmas construções, que não existe, aspectualmente, diferença entre elas e as formas não-progressivas imperfectivas (ou seja, a progressividade nunca se distingue da imperfectividade).

No presente trabalho utilizarei esses dois trabalhos como roteiro para a apresentação da minha proposta de análise da progressividade. Antes, porém, é necessário que fique claro o que eu pretendo analisar na progressividade.

O objetivo mais amplo deste trabalho é caracterizar o significado das formas progressivas construídas com o auxiliar estar + GERÚNDIO. Postulo a existência de uma noção semântica expressa por todas essas formas, a progressividade. Após definida essa noção, deveria ser possível identificar de que maneira o auxiliar e o marcador de gerúndio atuam e, a partir daí, identificá-los os significados nucleares, tarefa esta que transcende os objetivos deste trabalho.

A identificação da significação das expressões progressivas tem sido feita, tradicionalmente, com base no contraste entre essas expressões e as formas conjugadas simples dos verbos-base das expressões. Postula-se que esses verbos têm em comum com as construções progressivas a parte não-progressiva de seus significados.

A primeira parte da tarefa se constitui em identificar as formas progressivas e indicar sua distribuição pelos contextos de ocorrência. Ora, essa distribuição tem sido, classicamente, observada somente no que diz respeito ao empare-

lhamento das formas progressivas com as bases verbais. Ilari e Mantoanelli (1983, p. 35-36) propõem que:

cabe ao contrário considerar um ambiente mais complexo, resultante da interação de quatro fatores, expressos em (1):

- (1) 1. Perífrase estar + -NDO
2. Tempo verbal em que ocorre a perífrase
3. Propriedades lexicais do verbo (categoria lexical a que pertence o verbo)
4. Quantificadores e adjuntos do predicado

Sobre esses fatores, é necessário considerar ainda que:

- os fatores exemplificados em 4. atuam sobre a categorização a que o verbo estaria sujeito se empregado isoladamente. Por isso, 3. e 4. podem ser encarados como formando, por processos regulares, unidades complexas (predicados) passíveis de categorização

- o elemento 4. não é necessariamente segmental, podendo ser suprimido (condições a precisar) pela situação de fala

A integração entre 3. e 4. está na base da definição das classes aspectuais dos predicados verbais.

O trabalho citado, no entanto, tem uma abordagem diferente da que proponho. A proposta de Ilari e Mantoanelli (1983) é verificar em que contextos o progressivo pode ser usado e em que contextos não pode, e propor uma análise semântica baseada em Dowty (1979). A presente análise, por outro lado, tem como objetivo primeiro comparar as formas progressivas com as formas não-progressivas correspondentes, a fim de estabelecer qual é a natureza da diferença de interpretação entre as duas, diferença que está na base da distinção, proposta em Guimarães (1997), e que pretendo revisar.

Com base nisso, recolocarei as tarefas propostas em Ilari e Mantoanelli (expostas, acima, em 1 – 4 em um modelo que parte, essencialmente, do contraste entre as formas progressivas e não-progressivas para a seleção:

- a. dos contextos que determinam a eliminação de uma das formas;
- b. das interpretações semânticas diferentes passíveis de serem atribuídas a cada forma e dos contextos (se e quando houver) em que não há diferença na interpretação das formas progressivas e não-progressivas.

Pressuponho que a impossibilidade de ocorrência de uma forma em um determinado contexto se deva necessariamente à exclusão da possibilidade daquela interpretação naquele contexto.

Assim, o contraste entre formas progressivas e não-progressivas deve levar em conta os seguintes critérios:

- (2) a. propriedades dos morfemas;
- b. noções de relação temporal e forma aspectual
- c. classe aspectual dos predicados
- d. subcategorizadores dos predicados
- e. genericidade e habitualidade

Essa análise contrasta, aparentemente, com o que tem sido feito. Esse contraste, na verdade, se deve apenas a uma mudança de perspectiva sobre o que já se vinha fazendo. Em Ilari e Mantoanelli, por exemplo, se considera, entre outros aspectos, a classe aspectual dos predicados e as propriedades de habitualidade/semelfactividade das sentenças. É acordo entre diversos estudos (Verkuyl, 1993; Godoy, 1992) que a classe aspectual de uma sentença depende de qualidades específicas dos seus predicados, como por exemplo, a presença de certos tipos de argumentos, introduzidos por certos determinantes. Além disso, em Guimarães (1996) eu observo, com base em Heyer (1985), que as qualidades que Ilari e Mantoanelli chamam de habitualidade/semelfactividade dependem de características “quantificacionais” dos SN sujeitos.

Com relação aos fatores levantados em (2), podemos dividi-los em três grupos, que corresponderão à estrutura desta seção:

- a) Propriedades do SN “sujeito”
- b) Propriedades do verbo/locução verbal
- c) Propriedades do predicado

As propriedades dos morfemas, as relações temporais e a forma aspectual são características das locuções verbais, que serão vistas em 1.1. A classe aspectual, as expressões modificadoras, bem como a habitualidade, são características dos predicados. Não pretendo me deter nas expressões modificadoras, o que renderia um outro trabalho do porte deste. Em 1.2., pretendo estabelecer as distinções mais relevantes no que diz respeito à co-ocorrência das formas progressivas com determinadas classes aspectuais. Em 1.3., finalmente, farei algumas observações quanto à genericidade no sujeito e no objeto.

## 1.1.

Com relação à propriedade dos morfemas, Ilari e Mantoanelli (1983, p. 28-29) observam que é necessário distinguir entre as propriedades do morfema e as propriedades cuja interpretação deriva de condições específicas do contexto, ou do co-texto, como as classes aspectuais, por exemplo. No presente trabalho, reconheceremos como propriedade intrínseca dos morfemas a de serem verbos de “permanência”, caso em que o verbo não admite forma progressiva.

Duas questões devem ser analisadas. Em primeiro lugar, uma palavra deve ser dita a respeito dos assim chamados verbos de “permanência”. É necessário reconhecer dois grupos entre esses verbos. O primeiro é tipificado pelo verbo permanecer, o segundo por verbos como localizar-se, ou situar-se. O verbo ficar é usado em ambos os sentidos. Permanecer, e ficar (com o sentido de permanecer), aceitam progressivo, os demais, não:

- (3) a. Quatro Barras fica no Paraná.  
b. \*Quatro Barras está ficando no Paraná.
- (4) a. Quatro Barras se localiza no Paraná.  
b. \*Quatro Barras está se localizando no Paraná.
- (5) a. Eu me localizo melhor em Campinas (do que em Sorocaba)  
b. Eu estou me localizando melhor em Campinas (ultimamente)
- (6) a. Eu fico em casa à noite.  
b. Eu estou ficando em casa à noite (ultimamente)
- (7) a. Eu permaneço em casa à noite  
b. Eu estou permanecendo em casa, à noite (ultimamente)

A diferença de significado entre o localizar-se (e o situar-se) “passivo” e “reflexivo” fica bastante evidente nos exemplos acima. A questão que se coloca é entre os dois (ou, pelo menos, dois dos) sentidos de ficar:

- a. o que pode ser substituído por permanecer, como em (6);
- b. o que pode ser substituído por localizar-se, como em (3).

Ficar, quando encarado no segundo sentido, acompanha os verbos localizar-se e situar-se “passivos”, não admitindo progressivos. No primeiro caso, à semelhança de permanecer, ele admite o progressivo.

Em segundo lugar, existe a questão, também apontada por Ilari e Mantoanelli, das diferenças entre o que eles (1983, p. 32-35) chamam de adjeti-

vos da classe 1 e adjetivos da classe 2. Os primeiros admitiriam, também, construções com ser em formas progressivas, e os segundos apenas com formas não-progressivas.<sup>1</sup>

Ilari e Mantoanelli apontam que, na maioria das vezes, a aceitação de ser em formas progressivas vai depender da presença de outros elementos no contexto sintático. A meu ver, o caso não é determinar duas classes de adjetivos. Em primeiro lugar, o que distingue uma classe de outra não é um critério mutuamente exclusivo, mas a possibilidade ou não de ocorrer na forma progressiva. Quer dizer, adjetivos que ocorrem com formas progressivas ocorrem em outras construções. Por outro lado, os demais adjetivos ocorrem apenas com construções não-progressivas do verbo ser. Em segundo lugar, é possível pensar que, mesmo os adjetivos mais decididamente da classe 2 podem, dependendo do uso que queiramos fazer deles, vir a aparecer numa forma progressiva:

- (8) Usando gasolina perto do fogo? Você está sendo loira.
- (9) Usando gasolina perto do fogo? Você está sendo português.
- (10) Você está sendo italiano: fale sem usar as mãos.

Ao que parece, as tentativas de colocar os adjetivos em classes conforme o seu comportamento sintático-semântico não têm sido bem sucedidas. O que creio acontecer é que existem “padrões de uso” dos adjetivos. Ser usado com progressivo (e algumas outras formas) é um desses padrões de uso. Loiro, português, italiano não têm aparecido, em português, nesse padrão de uso, o que não indica que não possam aparecer.

Um fato interessante com os adjetivos da classe 1 é que eles, além de ocorrerem em formas progressivas, ocorrem com imperativos com ser, em construções do tipo deixe de ser x:

- (8') Usando gasolina perto do fogo? Deixe de ser loira.
- (9') Usando gasolina perto do fogo? Deixe de ser português.
- (10') Deixe de ser italiano: fale sem usar as mãos.

Uma outra similaridade interessante envolvendo alguns dos adjetivos que têm sido, emblematicamente, colocados na classe 1 é que eles podem ocorrer em sentenças com o imperativo, ao menos no negativo:

<sup>1</sup> Como exemplos de adjetivos da classe 1 temos *bobo*, *exagerado* (*you are being bobo...*). Como exemplo de adjetivos da classe 2, poderíamos citar *verde*, *alto* (*aquele menino está sendo alto, esta parede está sendo verde*).

- (11) a. Seja esperto/prudente  
b. Não seja português/italiano/loira

É interessante perceber que ficar só aceita construções com *deixe de*, ou imperativo, no sentido de permanecer:

- (12) a. Fique em casa de noite.  
b. Deixe de ficar em casa de noite.

Das restrições ao uso do progressivo relacionadas com morfemas modo-temporais, podemos listar as que Ilari e Mantoanelli (1983, p. 36) levantam, além do caso já analisado dos verbos de permanência e dos adjetivos da classe 2:

- (13) formas progressivas não ocorrem no imperativo  
(14) predicados “nominais” não ocorrem no progressivo, no perfeito

Ainda relacionada ao critério da co-ocorrência do progressivo com certos morfemas modo-temporais, existe a chamada questão do aspecto. Goldsmith e Wojsetschlager (1982) reconhecem que o progressivo representa duas noções, segundo eles, não encontradas nas formas não progressivas: uma de natureza aspectual e outra de natureza “metafísica”. Teremos a oportunidade de discutir a segunda questão na seção 3. Godoy (1992) reviu essa análise do progressivo como um “aspecto” diferente do não-progressivo. Segundo esta autora, não existe distinção, em termos de aspecto (ou de tempo), entre as construções progressivas e as não-progressivas:

- (15) Joana estava batendo meia dúzia de claras em neve.  
(16) Paulinho está estudando.  
(17) Marilda está vestindo uma blusa chocante.  
(15') Joana batia meia dúzia de claras em neve.  
(16') Paulinho estuda.  
(17') Marilda veste uma blusa chocante.

É necessário, no entanto, esclarecer que a autora tem uma definição bastante precisa do que seja a aspectualidade. Portanto, o reconhecimento de que a progressividade não é uma noção aspectual, feito por essa autora deve ser vista à luz de sua concepção de aspecto (que, de resto, será encampada aqui). Godoy vai partir da distinção feita por Comrie entre classes e formas aspectuais.

As primeiras correspondem aos “esquemas verbais” de Vendler, razão por que também são chamadas de “classes vendlerianas”. As formas aspectuais, por outro lado, são definidas a partir da relação entre o tempo de referência e o tempo de evento, dizendo respeito, ainda, à completividade (isto é, se os intervalos extremos do tempo de referência são representados como fechados ou abertos).

O progressivo tem, do ponto de vista temporal e aspectual, a mesma interpretação do imperfeito (não-completivo), isto é, a forma verbal refere-se a um intervalo de tempo (tempo de referência) que está contido propriamente no tempo do evento, mas que não contém os pontos inicial e final do tempo do evento.

Goldsmith e Wojsetschlager (1982), por outro lado, caracterizam o progressivo como um aspecto, comparando-o especificamente num contexto de ocorrência como culminação (accomplishment), em que existe uma oposição clara entre o progressivo passado e o passado simples, em inglês:

- (18) a. Paul was building a house.  
b. Paulo estava construindo uma casa.
- (19) a. Paul built a house.  
b. Paulo construiu/construía uma casa.

De fato, em inglês, devido à inexistência da distinção imperfeito x perfectivo no passado, o sentido de (18.a.) se opõe claramente ao de (19.a.), mais usado no sentido perfectivo. A distinção que Goldsmith e Wojsetschlager viram entre o progressivo e o não-progressivo é, na verdade, aquela que é melhor dita como imperfeito x perfectivo. A progressividade vai estabelecer distinção entre formas imperfectivas, em português, por exemplo:

- (20) a. Maria estuda.  
b. Maria está estudando.

É interessante observar que escapou a Godoy que formas progressivas se distinguem claramente de formas não-progressivas em alguns usos do imperfeito. Assim, enquanto (21.a.) e (21.b.) têm a mesma interpretação, (22.a.) e (22.b.) diferem na mesma razão que (20.a.) e (20.b.):

- (21) a. Paulo construía uma casa.  
b. Paulo estava construindo uma casa.



- (22) a. Paulo construa casas.  
b. Paulo estava construindo casas.

Obviamente, o que interfere nessa distinção é a diferença de significação causada pela quantificação do objeto, o que permite uma leitura “habitual” para as sentenças em (22). Isso será melhor estudado quando da análise das diferenças causadas por diferenças na quantificação, na seção 1.3.

## 1.2.

A idéia de que as classes aspectuais dos verbos não são propriedades de itens lexicais isoladas (e, portanto, definidas já no léxico) não é nada recente. Talvez o primeiro trabalho emblemático dessa tendência seja Verkuyl (1972). Na ampla bibliografia que se tem produzido desde então (cf. especialmente Godoy, 1992; Verkuyl, 1993), existe a tendência de se considerar certas propriedades dos predicados como definidoras da classe aspectual, não do item verbal isolado, mas da sentença. Assim, é clássico o exemplo do próprio Vendler (1967):

- (23) John runs.  
(24) John runs/is running a mile.

Em (23) temos uma atividade típica, o que leva Vendler a classificar *run* como um verbo tipicamente de atividade. Em (24), o fato de o verbo se apresentar com um objeto introduzido por um adjetivo cardinal transforma a sentença numa consecução (accomplishment) – quer dizer, um “processo” que se estende por um determinado intervalo de tempo até atingir um ponto de culminação.

Verkuyl (1993) vai rever a classificação quadripartida de Vendler (estados, atividades, consecuições, atingimentos), propondo um esquema de três classes – estados, processos e eventos (states, processes and events). A classe dos eventos reúne as consecuições (accomplishments) e os atingimentos (achievements), cujas diferenças Verkuyl atribui não a uma legítima distinção expressa pela língua natural, mas a características específicas do contexto extralingüístico que interferem na interpretação, mas que não estão presentes, de maneira alguma, nas sentenças.

A diferença entre consecuições e atingimentos é atribuída a partir da diferença que existe entre os “acontecimentos” do tipo do descrito em (25) e do descrito em (26):

- (25) John is drawing a circle.
- (26) John is reaching the summit.

No primeiro caso haveria um determinado intervalo de tempo em que o processo estaria se dando, ao término do qual se produziria uma mudança de estado. No segundo caso a mudança de estado se produz em um dado ponto temporal, sem se estender por um intervalo.

Tanto culminações quanto atingimentos têm como característica o fato de que, quando ocorrem com o verbo em uma forma progressiva, não implicam a mudança de estado. Assim, enquanto uma atividade típica, como (27), implica a possibilidade de dizer, passado o intervalo de tempo, (27'), o mesmo não ocorre com (28) e (29):

- (27) João estava correndo.
- (28) João estava destruindo a cidade.
- (29) João estava atingindo o cume do Marumbi.
- (27') João correu.
- (28') João destruiu a cidade.
- (29') João atingiu o cume do Marumbi.

Ainda, como prevê a análise de Godoy, não se encontra diferença entre as formas progressivas e as formas imperfectivas não-progressivas:

- (30) João corria (quando cheguei no parque)
- (31) João destruía a cidade (quando acordei)
- (33) João atingia o cume do Marumbi (quando foi fotografado)

Algumas formas estativas não ocorrem no progressivo, nomeadamente o verbo *to be* e sentenças que, embora não construídas com verbos “essencialmente” estativos, são estativas – (34b) não é aceitável, enquanto (35b) não tem a mesma leitura de (35a):

- (34) a. He is innocent.  
b. \*He is being innocent.

- (35) a. Mr W. Kutz ran the marathon for Poland from 1947 to 1955.  
 b. Mr. W. Kutz was running the marathon for Poland from 1947 to 1955

No entanto, boa parte dos verbos “estativos” pode aparecer na forma progressiva, inclusive o verbo *ser*, em português. A interpretação das duas formas não parece ser a mesma:

- (36) a. João ama Kátia.  
 b. João está amando Kátia.  
 (37) a. João é inocente.  
 b. João está sendo inocente.

Não gostaria de afirmar que (36b) e (37b) são atividades,<sup>2</sup> mas eles não são estados da mesma maneira que (36a) e (37a). A distinção, a meu ver, diz respeito à maneira com que a língua representa o envolvimento do sujeito João nos predicados “amar Kátia” e “ser inocente”. Nas formas progressivas, o sujeito é representado como exibindo um determinado comportamento; nas formas não-progressivas ele é representado como tendo uma determinada qualidade (ou, para utilizar uma palavra com menos implicações, uma disposição). Pode-se argumentar que, nas duas formas, as condições de verdade das sentenças são as mesmas, mas existem diferenças na maneira de representar cada estado de coisas. Talvez essa diferença seja da mesma natureza da que existe entre evento de fundo (apresentado pela oração no imperfeito) e evento de primeiro plano (apresentado pela oração no perfeito), em (38):

- (38) Fernando estava chutando a porta, quando cheguei.  
 (39) João estava amando Kátia, quando cheguei.  
 (40) João estava sendo inocente, quando amou Kátia.

Essa distinção entre estados e disposições é o que baseou a minha análise em Guimarães (1997). Voltarei a isso na segunda parte deste trabalho.

<sup>2</sup> Existe, além disso, uma interpretação de *amar*, em (36), como atividade, no sentido de *fazer amor com*.

### 1.3.

Outro elemento de comparação para o progressivo é a habitualidade/genericidade. O que existe em comum entre ambos, a meu ver, é que ambas as noções derivam de fenômenos de quantificação. Tanto que não raro se encontram os dois termos como sinônimos ou parcialmente sinônimos. Por isso, sinto a necessidade de fixar uma definição do que seja uma ou outra coisa, antes de prosseguir.

Por genérico entendo, primeiramente, a referência feita a gêneros (kinds) no SN sujeito. Em Guimarães (1996), baseado em Ojeda (1991) caracterizei como descrições genéricas os sintagmas nominais que denotam gêneros, como o sintagma sujeito de (41):

(41) O elefante é herbívoro.

Na base da proposta defendida em Guimarães (1996) está a assunção de que nomes comuns denotam classes de individuais. Determinantes denotam quantidades de individuais. Um sintagma nominal denota, portanto, uma determinada quantidade de individuais de uma classe. O artigo definido (genérico) denota (entre outras coisas) a quantidade total de individuais de uma classe, no universo do discurso.

Com base nessa caracterização, é possível definir que sentenças genéricas são as que tomam, como sujeito, descrições genéricas. Sentenças que apresentam descrições genéricas em outras posições argumentais – como argumentos internos de verbos, por exemplo – não são genéricas:

(42) Juliana nunca ouviu falar nos elefantes/em elefante.

Com relação às descrições genéricas, é importante notar que elas denotam gêneros, mas de maneiras diferentes e com implicações diferentes. Heyer (1985) aponta quatro tipos diferentes de descrições genéricas, tipificadas em (43-46):

(43) The lion is a beast of prey.

(44) The Scotsman drinks whisky.

(45) The lion is a species.

(46) The musk-rat was imported into Europe in 1906.

Há dois fatores a se considerar na leitura das sentenças acima. Em primeiro lugar existe a oposição entre a expressão de um predicado sobre o gênero (45, 46) e a expressão sobre a totalidade dos individuais do gênero (43, 44). Em segundo lugar, deve-se considerar se essa predicação envolve uma generalização do tipo *law-like* (para usar o termo de Ryle), ou necessária, como em (43, 45), ou se envolve a ocorrência de eventos particulares e/ou contingentes, como em (44, 46). Do cruzamento entre essas duas noções surgem as quatro leituras, em (43 - 46):

I. Proposições essenciais (definidas, genéricas, pessoais e necessárias):

The lion is a beast of prey.

II. Proposições prototípicas (definidas, genéricas, absolutas e contingentes):

The Scotsman drinks whisky.

III. Proposições sobre gêneros necessárias (definidas, genéricas, necessárias e absolutas):

The lion is a species.

IV. Proposições sobre gêneros contingentes (definidas, genéricas, contingentes e absolutas):

The musk-rat was imported into Europe in 1906.

O progressivo ocorre em sentenças genéricas, mas sempre quando a predicação é contingente, nunca quando é necessária. A substituição de uma forma verbal não-progressiva por uma progressiva, em uma proposição necessária, não mantém a leitura necessária:

(47) O leão come carne.

(48) A araucária cresce espontaneamente nos planaltos paranaenses.

(47') O leão está comendo carne.

(48') A araucária está crescendo espontaneamente nos planaltos paranaenses.

(49) O escocês bebe uísque.

(49') Os dinossauros se extinguíram no final do Cretáceo.

(50) O brasileiro está bebendo uísque.

(50') O mico leão dourado está se extinguindo.

Nas formas em que ocorre (cf. acima), sempre contingentes, o progressivo altera a leitura, embora não interfira na predicação sobre gênero ou sobre o universo dos individuais. Essa diferença de leitura será retomada, adiante, no capítulo 2, quando do estudo das noções de eventividade e disposicionalidade.

A habitualidade, por outro lado, envolve sujeitos não genéricos (descrições individuais, ou descrições definidas),<sup>3</sup> ainda que plurais (envolvendo quantidades de individuais maiores que 1):

- (51) Pedro levanta tarde (aos sábados).
- (52) Os elefantes vêm tomar água nesta fonte.

A habitualidade pressupõe a ocorrência de mais de um evento. Sentenças habituais, assim como as genéricas, não co-ocorrem com expressões do tipo (apenas) uma vez:

- (51') \*Pedro levanta tarde (aos sábados) uma vez.
- (52') \*Os elefantes vêm tomar água nesta fonte apenas uma vez.

Além disso, a habitualidade pressupõe uma certa indefinição (*indefined*) da quantidade de eventos predicados. Sentenças em que a quantidade de eventos (expressa por expressões adverbiais do tipo X vezes) seja definida não possuem a leitura habitual:

- (51'') \*Pedro levanta tarde (aos sábados) três vezes.
- (52'') \*Os elefantes vêm tomar água aqui três vezes.

Sentenças habituais ocorrem no progressivo, mantendo as mesmas restrições:

- (53) Pedro está levantando tarde (aos sábados).
- (53') \*Pedro está levantando tarde três vezes.
- (54) Os elefantes estão vindo tomar água aqui.
- (54') \*Os elefantes estão vindo tomar água aqui três vezes.

A habitualidade, ao que parece, não é incompatível com construções progressivas. A noção que parece bloquear o progressivo é a de propriedade necessária, expressa nas sentenças genéricas que encerram proposições necessárias. Todo hábito é contingente.

3 Em inglês, *definite descriptions*, que é diferente de *defined descriptions*. *Definite* se refere à quantidade, *defined* se refere à exata identificação dos individuais.

A primeira distinção entre formas progressivas e as formas imperfectivas não-progressivas diz respeito, portanto, ao fato de que o progressivo tem restrições sobre predicacões necessárias, enquanto as formas não-progressivas não têm essas restrições. Isso será melhor debatido na próxima seção.

## 2.

Uma parte da bibliografia sobre o progressivo tem se concentrado na questão de distinguir as sentenças com construções progressivas das não-progressivas. Em geral, reconhece-se que parece haver duas noções envolvidas na interpretação das sentenças progressivas. A primeira é “aspectual”. Goldsmith e Wojsetschlagen (1982), por exemplo, e Godoy (1993), reconhecem que as sentenças progressivas são imperfectivas. A segunda, trabalhando com dados do português, língua que possui a distinção perfectivo/imperfectivo marcada morfologicamente (no caso do pretérito), reconhece que a leitura das sentenças progressivas não é diferente, aspectualmente falando, da leitura das sentenças imperfectivas não-progressivas, fato a que já aludimos.

A segunda noção envolvida, que Goldsmith e Wojsetschlagen vão caracterizar como “metafísica”, diz respeito à maneira com que a linguagem representa o mundo (ou seja lá o que a linguagem represente). A distinção entre as duas formas captaria a diferença que existe entre as duas formas de conhecimento que é possível representar. As formas não-progressivas representariam o conhecimento da “estrutura do mundo”:

- (9) Bill walks to the school.
- (10) The car run on kerosene.

As formas não-progressivas, por outro lado, correspondem a asserções sobre fatos contingentes do mundo:

- (11) Bill is walking to the school.

Goldsmith e Wojsetschlagen reconhecem, na diferença de leitura entre sentenças progressivas e não-progressivas, a representação de dois tipos de propriedade dos objetos: fenomenais e estruturais. Por propriedade, entende-se “qualquer coisa que possa ser dita a respeito de objetos particulares” (1982, p. 82).

O exemplo (55) descreve uma propriedade estrutural da lei, enquanto (56) descreve uma propriedade fenomenal:

- (55) This law raises the price of oil by 10 cents a gallon.
- (56) This law raising the price of oil by 10 cents a gallon.

Segundo os autores (1982, p. 82), “as propriedades estruturais da lei são aquelas que, se alteradas, nos levariam a dizer que a lei, ela mesma, foi alterada. As propriedades fenomenais devem ser todas as outras.”

Godoy (1993), por outro lado, vai preferir as denominações evidência x conhecimento. Sentenças progressivas, ao contrário de outras sentenças, seriam afirmações sobre evidências. Compare-se (57) com (58):

- (57) Cassilda come verduras.
- (58) Cassilda está comendo verduras.

A sentença (58) se constrói sobre evidências, enquanto que (57) é uma afirmação sobre um hábito de Cassilda, sem referência necessária a qualquer evento particular.

Como argumento a essa análise, Godoy chama atenção para o fato de que sentenças progressivas não co-ocorrem com o determinante qualquer. E, para Vendler (1967), afirmações com qualquer (any) não são afirmação sobre evidências.<sup>4</sup>

- (59) \*Qualquer pássaro está voando.
- (60) \*Qualquer artigo da *Linguistics and Philosophy* está sendo interessante.
- (61) \*Qualquer arquiteto está fazendo projeto de casas.
- (62) \*Mariazinha está lendo qualquer texto em alemão.
- (63) \*Esta costureira está fazendo qualquer modelo (que você escolher).

Neste ponto, devo discordar de Godoy quanto à agramaticabilidade das sentenças acima, ou, pelo menos, de (60) e (62). Essas duas sentenças são *law-like*, como Godoy e Vendler afirmam que são quaisquer sentenças com qualquer. Mas, como afirmaram Goldsmith e Wojsetschlagen, leis podem possuir os dois

4 Mantenho o asterisco com o julgamento da autora sobre a agramaticabilidade das sentenças, com a qual, de resto, não concordo.



tipos de propriedade – estrutural e fenomenal. Compare-se as sentenças (60) e (62) com suas “perífrases” não-progressivas:

- (60) Qualquer artigo da *Linguistics and Philosophy* está sendo interessante.
- (60') Qualquer artigo da *Linguistics and Philosophy* é interessante.
- (62) Mariazinha está lendo qualquer texto em alemão.
- (62') Mariazinha lê qualquer texto em alemão.

No meu entender, os pares de sentença acima mantêm perfeitamente o que Godoy (1993, p. 168-169) afirma serem as diferenças entre as construções progressivas e não-progressivas. Em (62'), classifica-se “firmemente” (as aspas aqui e à frente são de Godoy) Mariazinha como ledora de qualquer texto em alemão (à sua livre escolha, já que a afirmação é livre de evidência). Em (62) se classifica Mariazinha apenas “transitoriamente” no conjunto dos que lêem qualquer texto em alemão. Mais, acresce-se a esse significado uma idéia de que Mariazinha está avançada em seus estudos em alemão, porque já é capaz de ler qualquer texto.

Quanto a (60), imagine-se que um aluno esteja procurando um texto que seja interessante para desenvolver sobre ele um projeto de dissertação. Respondendo (60) ou (60') eu estarei dando respostas diferentes, mas ambas válidas. Em (60') eu digo que qualquer texto da *LP* contém discussões interessantes para serem desenvolvidas em um projeto. Em (60), eu não me comprometo com qualquer número da revista, mas apenas com os mais recentes.

Sentenças progressivas costumam transportar uma noção *ultimamente-like*. Elas aceitam advérbios do tipo *ultimamente*, (ao menos) melhor que sentenças não progressivas:

- (57) ?Cassilda come verduras, ultimamente.
- (58) Cassilda está comendo verduras, ultimamente.
- (57') ?Cacilda come qualquer verdura, ultimamente.
- (58') Cacilda está comendo qualquer verdura, ultimamente.

A meu ver a distinção de Goldsmith e Wojsetschlagen entre propriedades estruturais e fenomenais é mais interessante que a distinção de Godoy entre evidência e conhecimento, e foi essa distinção que usei em Guimarães (1997) para distinguir entre a leitura eventiva e a leitura disposicional, que pretendo rever adiante.

Em Guimarães (1997), parti da assunção que um predicado F (significando, digamos, “fazer um bolo”) aplicado sobre um individual qualquer (digamos e = “eu”)

(63) Fe

dá como resultado duas leituras distintas:

(63') A O individual e possui a propriedade F.

B O individual e está envolvido em (uma determinada quantidade de) eventos do tipo F.

Chamei a primeira leitura de leitura disposicional e a segunda de leitura eventiva. É interessante observar que às construções no presente do indicativo, na forma não-progressiva, aplica-se melhor uma leitura disposicional, enquanto que o progressivo parece indicar uma leitura eventiva. O exemplo (64') teria, portanto, boas perífrases de (64):

(64) a. Eu faço um bolo por dia.

b. Eu estou fazendo um bolo por dia.

(64') A. Eu sou capaz de fazer um bolo por dia.

B. Eu tenho feito um bolo por dia.

Na próxima seção, pretendo rever essa análise, com base em algumas colocações feitas na seção 1.

### 3.

Gostaria de resumir algumas das colocações feitas nas seções anteriores que eu considero relevantes para a formulação de um modelo de interpretação da progressividade que seja capaz de distinguir entre as formas progressivas e as não-progressivas do português.

I. O progressivo não ocorre com verbos de localização (ficar<sub>1</sub>, localizar-se<sub>1</sub>, situar-se<sub>1</sub>)

II. O progressivo não admite a leitura contingente de adjetivos

III. O progressivo ocorre com disposições, mas não com estados.

IV. O progressivo ocorre em sentenças que encerram proposições contingentes, mas nunca com proposições necessárias.

V. Na leitura habitual, progressivo não ocorre com quantidades bem identificáveis (defined) de eventos.

De todos os pontos acima, os quatro últimos, a meu ver, se relacionam com aquilo que Goldsmith e Wojsetschlagen já levantaram a respeito da incompatibilidade da leitura progressiva e da leitura de “propriedade estrutural”.

Essa discussão deveria ser feita no nível da definição dos modelos teóricos, uma vez que ela depende de uma certa classificação de propriedades com relação a definições das estruturas desses modelos. Na medida em que certas propriedades dos objetos são tomadas como estruturais, é necessário afirmar que elas diferem das outras – fenomenais – por serem apresentadas como pré-definidas no modelo de interpretação.

Sentenças progressivas e não-progressivas têm condições de verdade diferentes, e a natureza da definição das propriedades que cada uma expressa está na raiz dessa diferença. Vejamos os exemplos:

(65) Isidoro faz tapetes.

(66) Isidoro está fazendo tapetes.

A propriedade expressa em (65) deve ser definida dentro do conjunto de predicados que Isidoro possui, enquanto que (66) tem que ser definida de outra maneira.

Ressalto que a discussão é puramente semântica (ou puramente relacional). Não se trata de reconhecer quais são as propriedades estruturais, quais são as propriedades fenomenais, do indivíduo Isidoro. Trata-se de explicitar a maneira com que a língua considera essas propriedades. Nesse sentido, semântico se opõe a (ou, pelo menos, não pressupõe) ontológico.

Não interessa se, no mundo real, fazer tapetes é uma propriedade estrutural, ou meramente accidental, de Isidoro. Talvez, se tentássemos descobrir isso com os amigos de Isidoro, quer dizer, se fazer tapete é uma “propriedade definidora” ou meramente “accidental” de Isidoro, eles responderiam que é uma “questão de ponto de vista”. Isto é, é algo que depende da maneira com que as coisas são representadas.

Numa semântica de condições de verdade, os modelos de interpretação são pensados para dar conta dessa maneira com que as coisas são representadas. Alguns poderão dizer que isso nos conduz ao velho problema filosófico de saber se nossas discussões são discussões de coisas ou de palavras. O problema, porém, da semântica, é não como as coisas são, mas o que pode ser dito, ou,

o que as expressões de uma linguagem podem significar. E as linguagens servem para dizer coisas diferentes. Ainda que se parta do pressuposto de que apenas algumas afirmações são verdadeiras, e que isso exclui da verdade uma série de outras – e talvez por isso mesmo – deve-se permitir que mais coisas além da verdade sejam ditas – falsidades, incongruências etc. Então, mesmo que não sejamos nominalistas, nossa teoria semântica deve sê-lo.

É nesse sentido que se deve, creio eu, estabelecer a distinção entre o que é necessário e o que é contingente. São coisas a serem definidas no modelo de interpretação, e só com esse estabelecimento é que se poderão expressar as condições de verdade de noções que dependam do estabelecimento da verdade ou contingência de certas proposições.

Acredito ser “propriedade estrutural” e “propriedade fenomenal” termos mais interessantes que necessário ou contingente. Mesmo porque não designam a mesma coisa. Voltemos às sentenças genéricas contingentes, que apresentam a possibilidade de poderem aparecer no progressivo:

- (49) O escocês bebe uísque.
- (50) Os dinossauros se extinguíram no final do Cretáceo.
- (51) O brasileiro está bebendo uísque.
- (52) O mico leão dourado está se extinguindo.

Existe uma diferença entre as duas sentenças de cada par. Todas as sentenças acima são genéricas no sentido em que todas predicam algo sobre uma descrição genérica. E todas representam contingências. A diferença entre elas é que (49) e (51) são contingências que são apresentadas como propriedades estruturais dos objetos, enquanto (50) e (52) são apresentadas como propriedades não-estruturais, transitórias.

Mas existe, ainda, um outro ponto de vista a ser analisado, que é talvez, a meu ver, a contribuição que Guimarães (1997) faz, que diz respeito à representação de eventos. Até aqui tem se falado em sentenças genéricas e habituais. As sentenças (49) e (50) são genéricas, porque seus sujeitos são descrições genéricas. As sentenças (65) e (66) são habituais porque seus sujeitos são individuais particulares. Mas, tanto hábitos quanto proposições “genéricas”, e tanto em sentenças progressivas como em sentenças não-progressivas, são representadas como propriedades.

No texto citado, eu me detinha especificamente na diferença entre sentenças habituais e sentenças eventivas, ou seja, diferença entre sentenças como (65) e (66), por um lado, e (67), por outro:

(67) Isidoro está fazendo um tapete.

Existe uma semelhança entre (65) e (66), que não existe entre qualquer uma delas e (67), que é aquilo que chamamos de “habitualidade”. Inclusive, é possível tomar-se (67) como equivalendo a duas afirmações diferentes:

- (67') O sujeito Isidoro' possui a propriedade fenomenal (fazer um tapete')
- (67'') O sujeito Isidoro' está envolvido em um evento do tipo (fazer um tapete')

O reconhecimento dessa ambigüidade marca uma diferença importante entre Guimarães (1997) e este trabalho. Naquele texto, eu opus a eventividade (a leitura de um predicado conforme o envolvimento do sujeito em eventos de um determinado tipo) e a disposicionalidade (a leitura de um predicado como atribuindo uma propriedade a um sujeito).

A meu ver, muitas das implicações apontadas em Guimarães (1997) continuam válidas. Uma delas é que sentenças no progressivo pressupõem sempre, por mais que estejam apresentando uma propriedade do sujeito, a existência de eventos de um determinado tipo. Assim, para (66) e (67) a ocorrência de, respectivamente, um ou mais eventos de determinado tipo é sempre pressuposta, em qualquer leitura, o que não ocorre, necessariamente, em (65). E, quando digo que não ocorre necessariamente, digo que (68) pode pressupor a ocorrência desses eventos, mas que essa pressuposição não é necessária. Sentenças imperfectivas podem ser usadas para predicar propriedades sem pressuporem a existência de eventos. É o que ocorre com (68) e (69), por exemplo:

- (68) Os tigres comem carne.
- (69) Os tiranossauros comiam carne.

A predicação comer carne dos sujeitos acima ainda é válida mesmo no caso de tiranossauros ou tigres que nunca tenham comido carne (que morreram logo após nascerem, por exemplo). Goldsmith e Wojsetschlagen garantiriam que isso é decorrência de comer carne estar sendo representado como propriedade estrutural.

Por outro lado, qualquer construção com o progressivo não é válida sem a pressuposição de eventos. Ainda que tenhamos as genéricas correspondentes a (71) e (72) – digamos (71') e (72') – existe a necessária pressuposição dos eventos como condição de verdade das sentenças:

- (68') Os tigres estão comendo carne (demais).
- (69') Os tiranossauros estavam comendo carne (demais).

Lembre-se que sobre (68') e (69'), assim como todas as genéricas contingentes, e mesmo sobre habituais com sujeito plural (e talvez com qualquer sentença com o sujeito plural) recai o que disse Heyer (1985) sobre a representação típica. O fato de se predicar algo sobre um sujeito “coletivo” (ou molecular, no sentido em que usamos, *d'après* Ojeda (1991), em Guimarães (1996)), não significa necessariamente que o predicado seja necessariamente válido a respeito de cada (ou qualquer) individual que é elemento do subconjunto de seres denotado pelo sujeito.

Ainda: imaginemos a mesma situação em mundos paralelos (ou, talvez, duas situações paralelas em mundos paralelos). Alguém está passeando numa estrada com um menino de quatro anos e ele, apontando uma valeta de meio metro de largura, diz, em um mundo (70), em outro (71):

- (70) Eu pulo essa valeta.
- (71) Eu estou pulando essa valeta.

Observe-se que estou tomando as duas sentenças no sentido que elas denotam capacidades. Quer dizer, nos dois mundos, o menino está falando sobre suas capacidades, ou seja, sobre suas propriedades. Em (70), não se predica a existência de eventos, mas o mesmo não se dá em (71), que só é verdadeira se houver acontecido pelo menos um evento.

Talvez a chave para a distinção entre propriedades estruturais e fenomenais esteja justamente na eventividade.

Gostaria de juntar uma outra evidência, proveniente da distinção entre dois tipos de sentenças estativas, como a que existe entre uma sentença estativa do tipo (36) e uma do tipo (72):

- (36) a. João ama Kátia.  
b. João está amando Kátia.
- (72) a. João é calvo.  
b. \*João está sendo calvo.

Em que pese o que foi dito sobre os adjetivos,<sup>5</sup> calvo é incompatível com o progressivo por representar uma propriedade eminentemente estrutural, contra um outro adjetivo, como inocente, em (37), que pode representar uma propriedade fenomenal:

- (37) a. João é inocente.  
b. João está sendo inocente.

A meu ver, a eventividade, ou seja, a predicação do envolvimento do sujeito em eventos, talvez seja um dos componentes da leitura fenomenal. A contingência seria outro elemento.

A contingência envolveria o uso de operações de modalidade, o que a prenderia na questão da representação da modalidade nas línguas naturais. Isso passaria, e o contraste entre propriedades estruturais e propriedades fenomenais já o sugeriu, por um refinamento dos modelos de interpretação. Um modelo teórico que envolva a distinção entre situações e mundos possíveis seria altamente desejável para dar conta dessas noções.

Por outro lado, um modelo de situações seria altamente interessante para dar conta da eventividade. Isso nos conduziria a uma discussão apenas esboçada em Guimarães (1997), que é a da adoção das estruturas de eventos e da sua compatibilidade com um modelo de semântica formal montagueano, perspectiva em que eu gostaria de trabalhar. Tais estruturas foram propostas por Davidson (cf. 1985), e recusadas por alguns lógicos, entre eles o próprio Richard Montague. Porém, por mais que sua adoção possa acarretar uma séria inflação no modelo de interpretação (com a existência de mais um “tipo” além das entidades), ela teria a virtude de dar conta de alguns problemas, como a exata função de certos adverbiais nas sentenças. A adoção de uma estrutura de eventos implicaria uma revisão do componente temporal do modelo de interpretação. Essa componente teria de ser encampada pelas estruturas de eventos, uma vez que, num modelo como estrutura de eventos, o que antes era resolvido através da referência a intervalos de tempo é resolvido através da referência a eventos. Isso, porém, é uma outra discussão.

<sup>5</sup> Talvez uma análise dos adjetivos em termos de propriedades estruturais *versus* propriedades fenomenais fosse bastante produtiva.

## RESUMO

O presente texto faz uma revisão de alguns fatores que costumam ser tomados em consideração na interpretação das sentenças progressivas, e propõe que as noções de eventividade e disposicionalidade desempenha um papel muito importante na distinção do significado das formas progressivas e não-progressivas.

*Palavras-chave: progressivo, gerúndio, eventos.*

## ABSTRACT

This work presents a revision of some aspects considered in the interpretation of progressive sentences, and proposes that the notions of eventivity and disposicionality play an important role in the distinction of the progressive and non-progressive forms.

*Key-words: progressive, gerund, events.*

## REFERÊNCIAS

DAVIDSON, D. *Essays on action and events*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

DOWTY, D. *Word meaning and Montague grammar: the semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

GOLDSMITH, J.; WOJSETZSCHLAGER, E. The logic of English progressive. *Linguistic Inquiry*, v. 13, p. 78-89, 1982.

GODOY, E. *Aspectos do aspecto*. Campinas, 1992. Tese (Doutorado) - Unicamp.

\_\_\_\_\_. Progressivo: além do aspecto. *Revista Letras*, Curitiba, n. 41/42, p. 165-170, 1993.

GUIMARÃES, M. R. *Definidas genéricas: para uma abordagem mereológica*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. Progressivo: muito além do aspecto. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, 11., 1997, Cascavel. *Anais...* Cascavel: Unioeste, 1997.



HEYER, G. Generic descriptions, default reasoning, and typicality. *Theoretical Linguistics*, v. 12, p. 33-72, 1985.

ILARI, R.; MANTOANELLI, I. As formas progressivas do português. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 5, p. 27-60, 1983.

OJEDA, A. Definite descriptions and definite generics. *Linguistics and Philosophy*, v. 14, p. 367-397, 1991.

VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

VERKUYL, H. J. *On the compositional nature of the aspects*. Dordrecht: D. Reidel, 1972.

\_\_\_\_\_. A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.